



A N S D H
ARTICULAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE E DIREITOS HUMANOS



I SEMINÁRIO DE ARTICULAÇÃO EM SAÚDE E DIREITOS HUMANOS-SUDESTE

Dia 13 de Novembro de 2015 - Hotel Estancia Pilar-Ribeirão Pires-São Paulo

MESA I- DIREITOS HUMANOS-RECONHECIMENTO DOS GRUPOS POPULACIONAIS COM MAIOR VULNERABILIDADE E/OU MARGINALIZADOS

Palestrantes: Sr Flavio Henrique de Souza- Presidente do Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência-CONADE

Dra. Sonia Garcia- Secretária de Assistência e Desenvolvimento Social da Estancia Turística de Ribeirão Pires

Debatedor: Sr Miguel Ângelo Bersani.

Mesa iniciada as 10 horas.

O debatedor Sr. Miguel Bersani, Assistente Social, supervisor de equipes de DST/AIDS na cidade de Ribeirão Pires, abre sua fala relatando que possui um histórico na discussão de Direitos Humanos desde o início da década de 80, com crianças e adolescentes.

Lembra que viveu a Ditadura, época de atentado à vida e à dignidade humana, na qual foi preso por mais de uma vez pelo simples fato de ter uma carteirinha escolar. O Sr Miguel fala que fica preocupado com a fala de grupos que defendem a volta da ditadura. Ele pontua os desafios dessa mesa:

- Fazer um resgate histórico;
- Fazer uma análise da atualidade dos grupos mais vulneráveis.

Em seguida, o Sr Miguel passa a palavra para o primeiro palestrante.

Sr Flavio:

O Sr. Flávio Henrique de Souza se apresenta e fala que está presidente do Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência, formado em Serviço Social, com deficiência visual adquirida aos 14 anos. Ele expõe que o CONADE contempla os segmentos idoso, criança e adolescente, LGBT e pessoa com deficiência, e tem como objetivos articular, fortalecer e ampliar os Conselhos de Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência.

O Sr Flavio lembra de três momentos históricos:

- Na antiga Grécia, quando nascia uma pessoa com deficiência, era imediatamente sacrificada;
- Na idade média, a igreja, que deveria ter um papel fundamental na defesa dos direitos humanos, excluía socialmente não somente a pessoa com deficiência, mas também a família, sob a alegação de que essa criança seria fruto de uma família pecadora. Essas pessoas eram todas isoladas e privadas de direito;
- Somente a partir dos anos 80, há o fortalecimento das lutas sociais e organização dos movimentos em defesa dos direitos.



A N S D H
ARTICULAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE E DIREITOS HUMANOS





A N S D H
ARTICULAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE E DIREITOS HUMANOS



O Sr Flavio pontua que a Constituição foi fruto de mobilização, organização social e fortalecimento dos movimentos sociais, e que foi feita pela necessidade de efetivação de políticas públicas. Ele fala que podemos perder de vista a importância do momento histórico da década de 80, no qual ocorreu o fim da ditadura de fato, e a criação da Constituição Federal.

A partir da Constituição é que podemos, em tese, construir e efetivar políticas públicas e garantir direitos humanos. Infelizmente, hoje lutamos por direitos que já estão na lei, mas que não são garantidos.

O Sr Flavio questiona se somos minorias, como se diz. Somente de pessoas com deficiência, temos cerca de 23,9% da população.

Ele pontua que a Bíblia deve ser considerada, pelo ponto de vista histórico, e não como vem sendo usada por alguns grupos e que hoje estamos vivendo um momento de retirada de direitos.

O Sr Flavio discorre sobre o papel da mídia, que põe em pauta atualmente somente a questão da crise econômica, desvalorizando os avanços e diminuindo a importância das conquistas dos movimentos sociais. Essa mesma mídia manipula a crença de que Direitos Humanos é coisa para bandido, levando a população a reproduzir essa ideia e profissionais a terem resistência para atender a população carcerária e mesmo trabalhar nas periferias.

Se faz necessário investir menos em prédios, e mais nos equipamentos e nas equipes, sempre com a participação popular, e garantir as políticas públicas na ponta.

O Sr Flávio pontua que é um equívoco segregar, devemos buscar acessibilidade, e ampliar o diálogo para todos os setores, de forma integrada, articulada e transversal. Assim ele encerra sua fala.

O Sr. Miguel faz algumas considerações sobre o uso inadequado de certos termos, contando uma história na qual uma participante de uma mesa repetia o termo "aidético". Reforça a importância de nos atentarmos ao uso de termos apropriados ao nos referir aos segmentos.

Em seguida o Sr Miguel chama a palestrante Dra. Sônia Garcia –Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.

Dra. Sonia

A Dra. Sonia inicia sua fala pontuando que muitas vezes reproduzimos erros por já termos assimilado os mesmos pela repetição.

Dra. Sônia está atualmente Secretária de Assistência Social no Município de Ribeirão Pires. É advogada e professora. Relata que nasceu em 1948, ano no qual foi feita a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Porém, neste documento, a palavra Homem era usada para se referir a toda a humanidade, e isto foi questionado pelos movimentos de mulheres, que exigiram retificação, na perspectiva de se garantir direitos iguais para homens e mulheres.

A Dra. Sonia Faz uma retrospectiva de sua vivencia, contando que começou a lecionar em 1970, quando recebeu orientações, em seus estudos, para trabalhar no Xingu. Porém, não foi para o local previsto, mas aplicou os conhecimentos em escolas na cidade. Em suas aulas, utilizava recursos de arte, música, relaxamento e estímulo,



A N S D H
ARTICULAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE E DIREITOS HUMANOS



obtendo resultado positivo junto a crianças consideradas “problemáticas”, passando a receber crianças da APAE em um momento onde não havia inclusão.

Ela lembra que viveu na época do DOI-COD e, mesmo tendo um diálogo com todos e não tendo sido presa, recebia ameaças. Entre 1970 e 1975, precisava trabalhar individualmente, direto com as famílias de crianças com deficiência.

A Dra. Sonia relata que participou da luta pela inclusão da mulher no campo judiciário e que hoje sente falta da participação popular, a sociedade civil está ausente nas conferências.

Sobre HIV, ela pontua que há um tempo atrás havia tanto preconceito que não se discutia sobre o tema.

A Dra. Sonia fala da importância do trabalho com agressores, garantindo o cumprimento da Lei Maria da Penha.

A Dra. Sonia encerra sua fala com algumas reflexões para a plenária sobre o direito de ir e vir e sobre a população em Situação de Rua.

O Sr. Miguel volta a mediar. Coloca a reflexão: a efetivação dos direitos constituídos fica difícil pois a ditadura acabou, mas os aparelhos repressores continuaram ativos. Pontua ainda que as mulheres devem efetivamente ter inclusão na discussão política. É fato que as mulheres estão morrendo mais e que mulher preta morre mais do que branca. Coloca a necessidade de refletirmos sobre a “coisificação” das relações.

O Sr Miguel provoca sobre a questão do bullying, traduzindo como violência, colocando que muitos jovens sofrem preconceito e discriminação por sua condição financeira e não se adequar aos padrões atuais onde os jovens vivem um consumismo usando tênis de marca e celulares de última geração e este jovem, por sua condição, usa chinelo ou não tem celular. Coloca questões para reflexão e debate:

- Segurança Pública;
- Estado mínimo;
- Estado zero;
- Articulação e poder de setores reacionários;
- Pluralidade religiosa estruturada pelo Estado Laico;

Foi aberto para debate onde os participantes tiveram a oportunidade de fazer perguntas para os palestrantes. Os palestrantes responderam as perguntas feitas pelos participantes.

A mesa finalizou sanando as dúvidas, inclusive sobre INSS e direitos para pessoa soropositiva, e colocando pontos importantes, como a perda da força dos movimentos de mulheres, igualdade racial e direitos humanos, por força da disputa de classes. A necessidade de se refletir sobre o comando do crime organizado.

O Sr. Flávio recomendou consultar a Lei 5946/04, que define o que é pessoa com deficiência; Sr. Miguel encerra lembrando mais uma vez sobre a delicadeza que devemos ter para o uso de “termos” e no lidar com o outro.

Mesa encerrada as 12:30min.



ANSDH
ARTICULAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE E DIREITOS HUMANOS





A N S D H
ARTICULAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE E DIREITOS HUMANOS



MESA II-PARTICIPACAO POPULAR E INSTANCIA DE CONTROLE SOCIAL-
REPRESENTATIVIDADE DIALOGADA E INTERACAO DE CONTROLE SOCIAL-
REPRESENTATIVIDADE DIALOGADA E INTERACAO INTERFEDERATIVA. QUAL O
PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NESTE CENARI?

Palestrantes

Sr. Vagner Caetano – Secretaria de Participação da Presidência da República.

Sra. Sheila Ventura Pereira-Coordenadora da Associação Pro-Falcemicos e Membro do Conselho Estadual de Saúde de São Paulo

Debatedor-Sr Jorge Renato da Matta Xavier-Presidente da Articulação Nacional de Saúde e Direitos Humanos-ANS DH

Mesa iniciada as 14 horas.

Sr Wagner Caetano-

O Sr Wagner Caetano inicia a sua fala discorrendo sobre a participação dos movimentos sociais na época da ditadura, movimentos sociais e democratização do nosso País e como a Constituição de 1988 foi importante nesta participação e processo político.

O Sr Wagner falou sobre as conferências realizadas naquela época. Ele pontua que eram em números reduzidos. A partir da década de 80 os movimentos sociais ganharam força e se organizaram e com isso foram realizadas 74 conferências, os conselhos de direitos foram criados e que passou a ser organizada as etapas estaduais e municipais das conferencias. Ele fala que o papel das conferências no início da luta por direitos era pressionar o governo para que as mesmas fossem reconhecidas como espaços de deliberação pois o governos não reconheciam e nem apoiavam. A partir do ano de 2003 o governo passou a apoiar as conferências.

O Sr Wagner fala que os movimentos sociais sempre tiveram foram de lutas e que o povo brasileiro nunca foi manso de aceitar tudo. Ele pontua que esta é a nossa história. Uma história de luta pela garantia de direitos.

O Sr Wagner lembra que em 2003 tem um marco importante na participação deste movimento social, pois na época existia repressão pois não era aceito. Neste período uma das primeiras iniciativas do Presidente Lula foi criar um ministério. Mas, mesmo assim com esse novo ministério nem todas as pessoas falavam a mesma língua ou pensavam iguais.

Nesta época houve várias mesas de discussão: construção civil, agricultura familiar entre outras. Ele lembra que nessa época as pessoas mais simples sofriam para acessar os recurso da agricultura familiar pois tinham vergonha de entrar dentro do banco, porque achavam que ali não era um lugar para eles.

Ele pontua que o salário mínimo teve uma grande valorização na época. O Ministério da Fazenda tinha importância em decisões mais não dava a palavra final.

O Sr Wagner faz uma análise do período atual pontuando que neste, do governo da presidente Dilma foi quando o país saiu do mapa da miséria. E que em 2014 foi enviado



A N S D H
ARTICULAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE E DIREITOS HUMANOS



para o governo uma política do movimento social, reconhecendo os espaços de participação e procurando dar uma dimensão a esses processos.

O Sr Wagner chama a atenção para o fato de que há um movimento com intuito de travar, votando contra a participação da sociedade nas instâncias públicas.

Mas, mesmo com dificuldades, houveram avanço em questões tecnológicas e no envolvimento em políticas públicas.

O Sr Wagner faz uma explanação sobre o Dialoga Brasil. Ele explica que hoje tem um site com 5(cinco) temas e 27(vinte e sete) programas. Essa plataforma está em andamento e em breve esses números aumentarão. O que significa que as pessoas poderão opinar sobre esses temas e até mesmo apresentar uma proposta e fazer campanhas nas redes sociais pelas propostas que elas estão fazendo.

Pelo planejamento, as três propostas mais votadas pelo sistema serão respondidas pelo governo, e a partir daí façam parte das pautas das conferências. E que assim estas propostas tenham a chance de virar políticas públicas.

Um passo extraordinário no processo de participação social nas conferências e conselhos é a garantia da participação das pessoas de todos os lugares, mesmo ao mais distantes nos processos de discussão e elaboração de propostas.

Sra. Sheila Ventura –

A Sra. Sheila inicia sua fala dizendo que vive com anemia falciforme e que entrou para o movimento para ensinar as pessoas a conviverem com a doença.

A partir do início de seu envolvimento no movimento ela começou a entender as dificuldades de acesso das pessoas ao tratamento e medicamentos.

A Sra. Sheila fala que hoje ela também faz parte de um grupo de mulheres com doença falciforme e uma de suas bandeiras de luta é a garantia de acesso ao diagnóstico precoce. Ela pontua que com isso a doença pode ser diagnosticada cedo e a pessoa pode ter uma melhor qualidade de vida. Ela pontua que muitas pessoas não sabem que são portadores de anemia falciforme e quando a patologia é descoberta, muitas vezes não há muito o que ser feito e a pessoa falece.

A Sra. Sheila fala que temos assistido nas últimas décadas a um intenso processo de reforma administrativa do Estado, que tem no discurso da descentralização a resolução para vários problemas colocando fim no que se refere a saúde. O grande desafio do Sistema de Saúde é garantir acesso dos cidadão à rede de atenção à saúde, em tempo oportuno e com qualidade de vida.

A Sra. Sheila alerta para o fato de que temos que acompanhar de perto o que está sendo feito pelo cidadão em relação a saúde, e que assim temos de fortalecer a questão no caso de cada um estar cuidando de sua base independentemente do local onde ela se encontra.

Ela pontua sobre a importância do Controle Social – Conselhos Municipais, Entidades e movimentos sociais, pois esses são espaços públicos de composição na vida de todos nós. Um exercício da democracia na busca de soluções para os problemas sociais, com benefício da população como um todo. Temos de ser reprodutores de toda informação que recebermos e não guardarmos para nós mesmos. Fazermos com que as políticas

funcionem e não fiquem apenas na palavra ou no papel, mais sim que sejam executadas.

Neste momento o Sr Renato da Matta (debatedor) abre para a plenária perguntar para os palestrantes. Os palestrantes responderam às perguntas

A Sra. Sheila encerra sua fala agradecendo o convite e pontuando que as vezes muitos militantes culpam o governo ao invés de ver como está fazendo sua parte para contribuir. Não se pode colocar toda a culpa no sistema. Temos que realizar um trabalho de base orientando, informando e empoderando as pessoas para exercerem seu direito de cidadão.

O Sr Wagner encerra sua fala dizendo que o país enfrenta dificuldades mas que nem de longe e a mesma dificuldade que o país enfrentou nos anos 80. Temos sim uma taxa de desemprego mas a crise política e muito maior que a crise econômica.

O Sr Wagner fala que a presidente Dilma está aberta a conversar com o movimento social e quer estreitar cada vez mais os laços com a sociedade civil.

O Sr Renato da Mata encerra a mesa informando que os grupos de trabalho irão se reunir após o Coffee para debaterem a criação do documento político.

Mesa encerrada as 16h10min.

Dia 14 de Novembro de 2015 - Hotel Estancia Pilar-Ribeirão Pires-São Paulo

MESA III-TRANSVERSALIDADE E INTERSETORIALIDADE NOS POLITICAS PUBLICAS-O DESAFIO DE CONTEMPLAR AS DIVERSIDADES

PALESTRANTES:

Dr. Fabio Mesquita-Diretor do Departamento Nacional de DST/HIV/AIDS e Hepatites Virais

Sr Luiz Eduardo dos Santos- Doutor em Administração e Consultor de Projetos Sociais do Instituto Joana Darc-Guarujá/SP

Debatedor: Sr. Jean Carlos de Oliveira Dantas-Diretor do Núcleo de Articulação com a Sociedade Civil-Programa Estadual de HIV/AIDS

Mesa iniciada as 09h00.

O Sr. Jean Dantas inicia os trabalhos chamando o primeiro palestrante.

Dr. Fabio Mesquita

Mesa iniciada as 09h00

O Dr.Fabio inicia sua fala discorrendo sobre as políticas intersetoriais e o acesso. Ele faz uma retrospectiva de como era o acesso ao serviço de saúde na época da ditadura.

O Dr. Fabio lembra que as pessoas que tinham direito a saúde eram aquelas que contribuíam com a previdência. Os que não podiam pagar eram chamados de indigentes e ficavam fora do sistema. Ele destaca que em 1982 começaram a organizar o sistema fragmentado que existia.

A conquista mais importante na época foi a criação do Sistema Único de Saúde.



O Dr. Fabio fala que, nos dias de hoje, vivenciamos o agravamento da crise econômica que o país atravessa. Mas ele pontua que o Movimento de Saúde é muito forte.

O Dr. Fabio fala que a política do SUS é uma política de inclusão. E que as vezes as pessoas tem dificuldade de entender como ela funciona.

O Dr. Fabio faz um resgate da história da Epidemia de AIDS no país. Ele fala que a epidemia fez 34 anos e que no início as pessoas vieram para o Movimento de AIDS sabendo da luta que teriam.

Ele pontua que o movimento de AIDS ficou preso apenas no setor saúde e fala que temos um Ministério de Direitos que pode e deve ser acessado para o cumprimento dos direitos do cidadão. Não se pode limitar apenas a Saúde e sim acessar e utilizar outros espaços de participação social.

O Dr. Fabio fala sobre a ideia que se tem que tudo se resolve no Governo Federal. Ele pontua que exploramos pouco os espaços de discussão a nível estadual e municipal.

O Dr. Fabio explana sobre redução de danos e a política nacional de drogas. Ele pontua que a política é esquizofrênica. Existe uma dualidade: tratar mas repreender. Quem mata pela política de drogas e a polícia e quem morre, na maioria das vezes é jovem, negro e de periferia. O maior impacto para a saúde são as mortes por assassinato e não os efeitos da droga. Um lugar que faz mal para a Saúde e a cadeia. O Sistema carcerário está cheio de jovens usuários e o foco da nossa atenção é a saúde.

As ações são concentradas no departamento de AIDS criando uma expectativa de que o departamento pode resolver todos os problemas. Mas temos que pensar sempre em intersetorialidade das ações e envolvimento de todos os atores na execução. O Dr. Fabio cita o Projeto Minha Casa Minha Vida no Ceará e o trabalho de algumas associações no país que trabalham pela inclusão das pessoas em outros serviços e no mercado de trabalho.

O Dr. Fabio pontua que o direito das pessoas que vivem com HIV vão além do que elas sabem. A discriminação ainda é muito pesada e exclui as pessoas do mercado de trabalho.

O Dr. Fabio encerra sua fala pontuando alguns desafios:

-ampliar a visão

-mobilizar para a garantia de direitos

-necessidade de lobbying para os juízes discriminalizarem o uso de drogas para uso pessoal. A pessoa que se sentir criminosa não vai se tratar.

-Garantia do nome social para travestis e trans. na certidão pelo Superior Tribunal Federal. Isso faz muita diferença na vida das pessoas pois elas são constrangidas em espaços de atendimento onde são chamadas pelo nome de registro(masculino) mas sua imagem pessoal é feminina.

-Multisetorialidade nos vários poderes e instancias.

Sr Luiz Eduardo-

O Sr Luiz inicia sua fala dizendo que temos que entender o que é movimento social. Temos que observar qual é a demanda se é por saúde, trabalho ou outras.



ANSDH
ARTICULAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE E DIREITOS HUMANOS



O Sr Luiz fala que os movimentos sociais surgem de grupos insatisfeitos com o sistema que se articulam em busca de políticas públicas. Essas políticas podem ser imediatas ou de continuidade. Existem também movimentos distintos que lutam pelo direito de uma população vulnerável específica (ex: AIDS, Hepatites, etc).

Ele fala que o combate a AIDS continua sendo um processo e que existem movimentos distintos com relação a saúde necessário um fortalecimento nas políticas com uma fiscalização nas ações. Temos que entender que uma ONG é um complemento Das ações do governo. Quando falamos em fiscalizar as ações falamos em fortalecimento e desenvolvimento de um controle social atuante. Localizar em caixinhas exclusivas

O Sr Luiz explana sobre o trabalho que ele executa na sua base. Ele diz que faz um trabalho com terreiros e que tem uma parceria com pais e mães de santo. Essas pessoas são agentes multiplicadores de prevenção. Ele pontua que devemos discutir saúde como um todo e não só sobre uma patologia específica.

O Sr Luiz fala sobre os desafios enquanto Ong de como dar conta da questão da saúde sem se frustrar. A dificuldade de trabalhar um indivíduo sem o colocar em "caixinhas exclusivas. Devemos que o papel da Ong é o Controle Social. Muitas ONG's não exercem o seu papel por medo de represálias. Precisamos fazer um exercício de entendimento que Ong não é governo e entender qual nosso papel enquanto Ong. O principal papel das ONG's é de fiscalizar as ações e monitorar e acompanhar as políticas públicas. Para isso as ONG's tem que pensar sempre em fortalecimento e qualificação técnica e política.

Ele fala que a dificuldade maior é a manutenção financeira mas temos que tomar cuidado para não fugirmos da essência e dos objetivos. Muitas ONG's mudaram seus objetivos apenas para atender a editais.

Ele pontua que muitas ONG's foram fundadas para atender a demandas pontuais que hoje não são mais necessárias. Temos que nos adequar sempre, apenas atentando aos objetivos principais da ONG. Para isso as ONG's tem que pensar sempre em fortalecimento e qualificação técnica e política.

O Sr Luiz pontua alguns desafios para o movimento social e ONG's;

-Manter a sustentabilidade das Ongs. Isso tem sido um dos maior desafio de continuidade das ações.

-Manter a coesão dos próprios associados na articulação e participação em espaços de controle social.

-Complemento das ações do governo (quando necessário) mas sempre atendendo para que a ong não exerça o papel do governo.

-Desenvolvimento do controle social.

-Desafio de articulação nacional de direitos humanos. Temos que observar as características individuais do ser humano e a partir dessa diversidade, percebemos que as ações não podem ser únicas.

-Considerar o desafio de contemplar as diversidades.

-Saúde e cidadania em pauta; envolver espaços de matriz africana e destacar pessoas que possam ser os promotores de saúde e cidadania nesse espaço. Envolver os terreiros de religião africana no processo pois eles sempre estiveram afastados, estigmatizados e escondidos.



A N S D H
ARTICULAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE E DIREITOS HUMANOS



-Fortalecer o Cadastro Único

O Sr Luiz encerra sua fala fazendo uma reflexão que temos que nos pautar sempre em igualdade e equidade –garantia dos direitos dentro das diferenças.

O Sr Jean (debatedor) faz algumas reflexões para a plenária. Ele fala que as ONG's são parceiras no combate a epidemia de AIDS pois onde o Estado não chega, a Ong pode chegar e pontua que existe preconceito por parte de alguns profissionais de saúde e que temos que ter uma tolerância religiosa porque a luta e por respeito sempre.

Em seguida abriu-se para perguntas dos participantes que foram respondidas pelos palestrantes. Houveram questionamentos sobre os direitos negligenciados da população LGBT e sobre o desrespeito a trans. nos espaços públicos de atendimento. Também sobre acesso de pessoas privadas de liberdade ao Sistema e sobre dificuldades de mediação com Matriz Africana. Esse tema dividiu a plenária e pontuou a dificuldade de debate, mostrando uma fundamental importância de aprofundar a discussão.

O Dr. Fabio respondeu discorrendo que existia uma crença de que a camisinha resolveria o problema e diminuiria a epidemia. Ele pontua que autonomia com apenas uma solução não e autonomia, é imposição. Hoje existem ações combinadas e prevenção combinada. Ele fala que as pessoas devem entender que governo não e ong e ong não e governo, são ações complementares.

O Dr. Fabio pontua que hoje o governo está limitado e é impossível debater na câmara com a atual conjuntura (crise, reprovação do governo pela população).

Mas ele reforça que o Brasil teve muitas vitórias no tratamento das pessoas vivendo com AIDS.O medicamento genérico fabricado no Brasil é uma delas.

O Dr. Fabio informa aos presentes que existem serviços especializados para trans.: SP (02 unidades) Uniesp Botucatu.

O Dr. Fabio agradece o convite e se retira da plenária.

O Sr Luiz continua o debate falando sobre as dificuldades que enfrentou no seu trabalho de prevenção pois teve que enfrentar o crime organizado e muitas vezes tem que ser omissos em algumas ações para conseguir entrar nos espaços dominados pelo crime organizado. Ele fala que, infelizmente, os fins justificam os meios e que dessa forma conseguiu empoderar e instrumentalizar as pessoas que ali vivem, sobre seus direitos.

O Sr Jean agradece a presença do Sr Luiz e encerra a mesa informando que os grupos de trabalho irão se reunir após o almoço para debater propostas da criação do documento político a partir das 14 horas.

Mesa encerrada as 12h20min.



A N S D H
ARTICULAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE E DIREITOS HUMANOS



